

Cismas, Reformas e Divisões na Igreja – LXVI

Posted on May 18, 2018

O Despertar Religioso do Século XIX – II

A forma como a Igreja estava presente na sociedade era em boa medida anacrónica e desajustada em muitas situações ou contextos, como em muitas regiões da Europa. Era uma Igreja de outros tempos. Com outra mentalidade, desajustada, em colisão com as novas formas de política, sociedade, cultura. Era necessária uma atitude mais tolerante, aberta, que respeitasse mais a pluralidade de opiniões, as novas sensibilidades, o novo sentimento religioso que se desenhava nos novos tempos de industrialização, de pobreza, marginalização, êxodos rurais e migrações, desenraizamentos e novas estruturas sociais. As velhas paróquias rurais perdiam lastro para uma indefinição urbana crescente em termos de espiritualidade e novas exigências. A Igreja tinha que agarrar os novos tempos!

“A Igreja para a sacristia”, gritavam, porém, os Liberais, tendencialmente laicistas, reactivos a toda a presença da Igreja e sua influência na sociedade. Rejeitavam a sua voz e actividade, por isso atiravam aquele “slogan” quase como bandeira anti-clerical. Por isso, os Governos liberais procederam em conformidade com estas expressões e sentimentos dos seus correligionários, tendo retirado à Igreja uma série de prerrogativas sociais antigas, como o registo de casamentos, baptizados e óbitos, para além de nacionalização de bens, propriedades, bem como a estatização do ensino e o afastamento dos agentes eclesiásticos dos hospitais, da caridade e da acção social, reduzindo, ou tentando fazê-lo, a Igreja ao domínio puramente litúrgico, espiritual. Ou seja, à sacristia...

Laicização e Liberalismo

O controlo eclesiástico era algo denunciado pelo Liberalismo como nefasto à sociedade. A mentalidade liberal pretendia libertar o ser humano desse domínio, bem como do dogmatismo religioso, do fanatismo canonizado ao longo de séculos, como alguns atiravam criticamente à Igreja. Para a prossecução deste intento anti-eclesiástico, nacionalizaram os bens eclesiásticos, expulsaram ou neutralizaram os religiosos (monges, monjas, frades, clérigos regulares...) e as suas casas e propriedades, quando não os reduzindo ao século, e retiraram o monopólio do ensino e da assistência. Era um claro assumir da separação do Estado e da Igreja, ou o começo do processo. À Igreja pertencia a consciência, enquanto ao Estado incumbia o social e material. Não havia nada em comum então entre Deus e a terra, perguntavam alguns? Não, respondiam os liberais, era imperativo separar totalmente ambas as realidades, nem que fosse pela força!

A palavra de ordem era destruir a Igreja e a sua força. Não tanto separar realidades, não tanto laicizar ou secularizar, ou reduzir competências da Igreja, mas cima de tudo – ou unicamente – destruí-la. Assim zurziam as ideologias liberais do século XIX, na Europa como nas Américas, principalmente a Latina.

A Igreja ficava numa situação difícil cada vez mais. Mas não aceitava esta tendência, pois era contra o seu espírito e natureza comunitários (por isso se designa como Igreja, do Grego “ecclesia”, “comunidade”). Sobrevive em grupo, em partilha, em comunidade: só assim a Igreja é! E da forma como estava a ser ameaçada, estava em jogo não a sua identidade, mas a sua sobrevivência. Era importante a sua manutenção, reagir, mas era preciso que fosse em conformidade. Não opor-se de forma “antiquada”, ou seja, com velhas posturas anacrónicas, seria perder a face de forma insensata. Foi o que aconteceu em muitos casos. Porque reivindicou o que era já do passado, que se adequava a esse passado e desajustado no presente e sem via para o futuro. Numa atitude saudosista, procurou reviver uma história que não se podia mais cumprir.

Muitos na Igreja, ainda assim, pensavam e agiam, incapazes – ou relutantes – de intuir acerca do valor da liberdade e da pluralidade, das suas consequências e formas de viver, de aceitar a laicização da sociedade como um processo irreversível. Preferiam a colisão e a indiferença, o que fechou portas ao diálogo. Embora a radicalidade estivesse também do outro lado, que pouco ou nada fazia para aproximar, repensar e ter uma atitude inclusiva. Os católicos liberais, todavia, aceitaram a aproximação, a tolerância, o repensar de posições. Eram todos os que aceitavam juntar na sua existência e comunidades a grandeza do Cristianismo e o projecto liberal de dignidade humana, o Evangelho e as liberdades da Revolução Francesa. A harmonia das liberdades com Deus, como defendia Lamennais, no programa do seu jornal *L’Avenir* (“O Futuro”), onde pugnava pela liberdade de consciência, de ensino, de imprensa, de associação e sufrágio, mas sem renegar a fé, a doutrina cristã e a história da Igreja. Era, pois, possível conjugar os direitos dos crentes e da Igreja e as afirmações e direitos da consciência moderna e da nova sociedade em construção, onde a laicização era uma realidade crescente.

Só a verdade tem direitos e se pode arrogar deles, sendo conotada com a Igreja. Para muitos, assim era. Para estes católicos conservadores, os direitos e liberdades acima defendidos pelos católicos liberais eram ataques e desprezo à Igreja, a única detentora da verdade. E por isso os conflitos eram frequentes, também entre católicos. Neste sentido, será dada voz a estes grupos por parte de Pio IX no seu “Syllabus” (1864), documento em que plasmou a infalibilidade papal ex cátedra (na cadeira de Pedro), que mais não é, no sentido histórico, do que uma reacção da Igreja, em ataque, às liberdades modernas. Nesta época, muitos eram já os católicos que assumiam que quem tem direitos é o homem, que caminha livremente para Deus e n’Ele coloca a sua fé e a sua esperança, como mais tarde se defenderá no Concílio Vaticano II, no documento “*Dignitatis humanae*” (1964).

O debate durou mais de um século, até ao Concílio Vaticano II (1962-65), ou ainda perdura até... Mas demorou-se a interiorizar o valor de uma Igreja mais pobre, diferente do Estado, mais religiosa e caritativa, da liberdade e da abertura a outras mundividências, além de uma nova mentalidade e da urgência de formar melhor os membros do rebanho, para que pudessem melhor dar razão da sua fé, defendendo-a sem pedestal ou anacronismos. Demorou-se a perceber que não era tão necessário defender a Igreja e blindá-la ao exterior quanto o abrir-lhe horizontes e dota-la de energia e força suficientes para ser uma instituição capaz de dar respostas aos novos

anseios, problemas e questões de fé. Blindá-la teria sido fechar e tornar a Igreja numa instituição dependente do exterior – leia-se, apoio/suporte político e material – para sobreviver. Quando a beleza está naquilo em que em grande parte a Igreja conseguiu tornar-se: a expressão institucional de uma intuição plena de significado, intemporal e actual, aberta e humana, de Deus e para Deus, pelos homens. Mas os combates por esse objectivo estavam acesos e difíceis...

Vítor Teixeira

Universidade Católica Portuguesa